



A Importância do Fórum IBAS na Nova Geopolítica Mundial

Analúcia Danilevicz Pereira¹ - Marília Bernardes Closs² • Agosto de 2014

Resumo:

O presente artigo busca analisar a importância geopolítica e geoestratégica do IBAS para a distribuição global de poder. Conclui-se que o IBAS tem potencial para ações concretas para o sistema internacional e que tal potencialidade advém da grande relevância brasileira e indiana para o Atlântico Sul e para o Índico, respectivamente, além do essencial papel sul-africano como confluência dos dois oceanos. Depreende-se que a elevação do IBSAMAR em nível de instituição colaboraria para o em direção à multipolaridade global.

Palavras-chave: IBAS – IBSAMAR - Cooperação Sul-Sul.

Abstract:

This issue aims to analyze IBSA's geopolitical and geostrategical importance for global distribution of power. It is concluded that IBSA has the potencial for concrete actions in the international system and that such potentiality comes from the great relevance of Brazil and India in South Atlantic and Indic Oceans, respectively, as well as from the essential South African role as the confluence of both. It is deduced that IBSAMAR's elevation to an institutional level would collaborate in direction to global multipolarity.

Key words: IBSA - IBSAMAR - South-South Cooperation

¹ Professora do curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS).

² Graduanda do sétimo semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS).

O fim da Guerra Fria e o aprofundamento do processo de globalização possibilitaram a redefinição do papel internacional exercido pelos países considerados “potências médias”. É em tal contexto que o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS, ou G-3) é criado. O IBAS é formado por três Estados com enorme relevância regional e peso internacional, possuidores de regimes democráticos, grandes populações e economias crescentes, que almejam cooperar em diversas áreas, como ciência e tecnologia, segurança e comércio internacional.

O presente trabalho pretende analisar a importância geopolítica e estratégica do IBAS, bem como explorar seu impacto para a reconfiguração do Sistema Internacional. Para tanto, um primeiro aspecto a ser explorado trata da formação da instituição trilateral e de suas motivações. Posteriormente, discorre-se acerca da importância global dos Oceanos Índico e Atlântico Sul, destacando o papel de Índia, Brasil e África do Sul. Por fim, comentam-se as possibilidades e fragilidades do Fórum, além de seu impacto para a estrutura internacional.

Tem-se como hipótese que o Fórum IBAS é dotado de grande importância geopolítica e geoestratégica: os relevantes papéis de Brasil e Índia no Atlântico Sul e no Oceano Índico, respectivamente, e a confluência dos dois Oceanos no IBAS, representada pela presença da África do Sul, dão à instituição potencial para criar uma realidade nos mares diferente da atual, que se materializaria através das potencialidades do IBSAMAR. Entretanto, a efetividade destes,

IBAS e IBSAMAR, será condicionada pelas capacidades de Índia, Brasil e África do Sul se coordenarem e concretizarem sua agenda política.

O IBAS foi criado em janeiro de 2003, por meio da Declaração de Brasília. A partir de tal declaração, pode-se perceber que o Fórum IBAS não tem como objetivo apenas uma área³, mas sim uma cooperação abrangente, tanto para temas econômicos, comerciais, sociais, de pesquisa e desenvolvimento (P&D), de segurança humana, entre outros. Índia, Brasil e África do Sul possuem demandas sutis quanto à ordem internacional: além do interesse em contestar o regime econômico internacional vigente, os três países pleiteiam para si uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, possuem aspirações para novos paradigmas de governança global, buscando relações internacionais multilaterais e um novo equilíbrio de poder no mundo, almejando um Sistema Internacional multipolar (Visentini 2010a, 71).

Importância Geopolítica e Geoestratégica

Apesar dos diferentes setores de abrangência do IBAS, é na área da geopolítica e mundial que o G-3 tem impacto mais visível. Além da vantajosa complementaridade industrial (Visentini 2010a, 68), Índia, Brasil e África do Sul têm capacidade de se coordenarem para não

³ São Grupos de Trabalho do IBAS: 1) agricultura; 2) cultura; 3) defesa; 4) educação; 5) energia; 6) meio ambiente e mudanças climáticas; 7) saúde; 8) assentamentos humanos; 9) sociedade da informação; 10) administração pública; 11) administração tributária e aduaneira; 12) Ciência e Tecnologia; 13) desenvolvimento social; 14) comércio e investimentos; 15) transportes; 16) turismo.

apenas elevar sua atuação em nível global, mas também para alterar as relações dinâmicas de suas próprias regiões. Dentro de tal escopo, Visentini (2010b, 29) comenta que o IBAS tem frente a si a possibilidade de forjar coalizões novas que enriqueçam a grande diplomacia mundial com atores. Assim, o G-3 tem capacidade de impactar em nível global mais significativamente. Bell (2006) desenvolve e Kornegay (2006; [2008?]) discorre acerca do conceito da Gondwana⁴ e da reconfiguração geopolítica e geoeconômica desta; ambos fazem referência ao Fórum IBAS como uma possível retomada (virtual) do megacontinente em termos geopolíticos, afinal

Os países-membros do IBAS, individualmente ou combinados, não podem constituir uma alternativa contra-hegemônica ao poderio norte-americano [...]. Caso os três países consigam, ao forjar uma cooperação trilateral cada vez maior entre si, atribuir uma aparência de ordem multilateral às respectivas vizinhanças regionais no âmbito de um sistema de comércio internacional abrangendo o Atlântico Sul e o Oceano Índico, (o que) sua cooperação poderá levar adiante (é) a “redistribuição revolucionária de poder” [...]: em uma palavra, a reunificação geopolítica e geoeconômica da Gondwana. (Kornegay 2006 p.13).

Tais ideias fazem referência ao potencial inerente ao IBAS para a construção da multipolaridade mundial. A maior cooperação entre as potências médias e a conseqüente ascensão internacional destas advinda dos ganhos políticos, econômicos, sociais e estratégicos da cooperação significam a elevação de novos polos consistentes mundiais: contemporaneamente, significa desa-

vios à tentativa de ordem unipolar estadunidense. O caminho para a consolidação deste incentivo à multipolaridade requer, entretanto, uma articulação política mais consistente que a que o IBAS apresenta hoje. Os maiores cenários para tal articulação são os Oceanos Índico e Atlântico Sul, região de influência indiana e brasileira, respectivamente, além do fato da África do Sul por si representar outras possibilidades por ser a cristalização da confluência dos Oceanos supra citados. Cabe, portanto, uma análise um pouco mais detalhada das duas regiões.

A Índia e o Oceano Índico

O Oceano Índico é a rota marítima que conecta o Oriente Médio, a África e o Leste Asiático com a Europa e com as Américas. O Oceano comporta quatro dos mais importantes canais para as dinâmicas comercial e energética mundiais: o Canal do Suez (Egito), Bab el Mandeb (Djibuti-Iêmen), Ormuz (Irã-Omã) e o estreito de Málaca (Indonésia-Malásia), que constitui a passagem do Oceano Índico para o Oceano Pacífico. O Índico, portanto, tem provavelmente as mais vitais linhas de comunicação globais. Além destas, fontes energéticas encontram-se também fisicamente no Oceano, pois este tem largas reservas de hidrocarbonetos, concentradas em países como Irã, Arábia Saudita, Índia e Austrália. As estimativas indicam que 40% da produção de petróleo offshore venham do Índico (Cia 2013) e, segundo Oliveira e Pautasso (2008, 382), estima-se que cerca de 80% do petróleo exportado pelo Oriente Médio é transportado por navios, dos quais todos atravessam o estreito de Ormuz, por onde passa cerca de um quarto do consumo mundial de petróleo.

Ainda,

⁴ Conceito que faz referência ao supercontinente do Sul, formado no período Jurássico e separado pela Pangeia

Aproximadamente 3.500 navios carregando 80% do comércio do Oceano Índico transitam pelos estreitos de Málaca, Babel-Mandeb e pelo Cabo da Boa Esperança, principalmente para as potências extra-regionais. Essas embarcações estão carregadas com suprimentos vitais de petróleo e materiais estratégicos e, assim, são objeto de sérias preocupações para as potências interessadas. Mesmo atualmente, na era dos jatos e da informação, 90% do comércio global e 65% de toda produção petrolífera são transportados pelo mar (Kumar 2009, 127).

Assim, percebem-se as grandes relações de interdependência advindas das linhas de comunicação do Oceano Índico. É também devido a esta grande importância que há a presença ativa de grandes potências na região. Os Estados Unidos tem no Bahrein a base de sua 5ª Frota Naval e, no Qatar, o Comando Central dos Estados Unidos (CENTCOM). Além disso, na última década, Washington vem reforçando não só suas capacidades militares na região, mas também de seus parceiros regionais, como a Arábia Saudita e os outros membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG).

Ainda, o Oceano é palco das mais recentes projeções indiana e chinesas. Para a China, o Índico detém as rotas para suas crescentes demandas por petróleo (62,9% de suas importações de petróleo são oriundas do Oriente Médio e da África, especificamente 40,1% do primeiro e 22,8% da segunda). É também através de tais rotas que os produtos chineses chegam à África.

A Índia, por sua vez, tem sua península adentrando 1.240 milhas náuticas no Oceano Índico, e cerca de 50% da bacia do Oceano situa-se dentro de um raio de até mil milhas náuticas da Índia, fatos que fazem com que o Estado

indiano tenha um papel central na dinâmica marítima índica (Kumar 2009, 141). Como Pequim, Nova Déli tem sua segurança energética grandemente dependente do Índico - cerca de 65% do seu petróleo é importado. Assim, faz-se necessário ao país desenvolver capacidades navais para sua proteção, o que teve como consequência a busca indiana desde 1990 por uma marinha de águas azuis (Kumar 2009), com capacidade de negar o comando do mar para as forças hostis no Oceano Índico (Cepik 2010, 88). Sua Doutrina Marítima, entretanto, preza por uma relação pacífica com os países do entorno, buscando manter sempre abertas as suas rotas de comunicação marítimas. A Índia possui rivalidades com a China desde a derrota hindu para os chineses em 1962, além de a cooperação nuclear Sino-Paquistanesa acirrar a disputa (Filho 2009). Ainda, o projeto indiano e o chinês de grande potência e de hegemonia no Índico esbarram na soberania um do outro, aumentando a rivalidade.

Frente à realidade tão complexa, os países costeiros do Oceano Índico desenvolveram uma série de institucionalizações para uma melhor coordenação. Além das iniciativas regionais, a mais destacada organização internacional é o Indian-Ocean Rim Association for Regional Cooperation (IOR-ARC). O IOR-ARC foi oficialmente criado em 1997 e hoje conta com 20 membros⁵, entre Estados asiáticos e africanos e Austrália, além de seis parceiros de diálogo⁶ (IOR-ARC 2013). Embora o objetivo principal

⁵ Austrália, Comores, Indonésia, Irã, Madagascar, Maurício, Omã, África do Sul, Tanzânia, Emirados Árabes Unidos, Bangladesh, Índia, Seychelles, Quênia, Malásia, Moçambique, Cingapura, Sri Lanka, Tailândia e Iêmen.

⁶ China, França, Estados Unidos, Reino Unido, Egito e Japão.

do IOR-ARC seja a coordenação e cooperação econômica, percebe-se a importância do processo de institucionalização no Oceano Índico para a tentativa de evitar conflitos ou competições. Afinal, os princípios do IOR-ARC são o consenso, o diálogo na base da cooperação e o voluntarismo.

Ademais, ressalta-se a importância do IONS (Indian Ocean Naval Symposium). O IONS foi inaugurado em 2008, em Nova Dehli, e conta hoje com 35 membros⁷.

O Indian Ocean Naval Symposium (IONS) é uma iniciativa que busca aumentar a cooperação marítima entre as marinhas dos Estados litorâneos a região do Oceano Índico através de um fórum aberto e inclusivo para discussão de assuntos regionais marítimos. No processo, é visado gerar um fluxo de informação entre profissionais das marinhas que levariam a um entendimento comum e soluções possíveis de cooperação no caminho adiante. (IONS 2013).

Assim, percebe-se que, apesar das complexas relações internacionais do Oceano Índico, houve a capacidade de se cooperar em prol da formação de instituições para a articulação e coordenação do uso do Oceano. A institucionalização certamente não extingue a possibilidade de conflitos no Índico, entretanto o diálogo e a cooperação auxiliam a tentativa de evitá-los.

O Brasil e o Atlântico Sul

⁷ Bangladesh, Índia, Maldivas, Paquistão, Seychelles, Sri Lanka, Bahrein, Irã, Iraque, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Comores, Djibuti, Egito, Eritreia, França, Quênia, Madagascar, Maurício, Moçambique, Somália, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Austrália, Indonésia, Malásia, Mianmar, Cingapura, Tailândia e Timor Leste.

Apesar da atenção e preocupação que hoje é dada para com o Atlântico Sul por parte do Brasil, nosso país nem sempre teve uma mentalidade marítima ou uma marinha autônoma para a defesa dos interesses nacionais. Até os anos 1970, o Brasil teve sua marinha subordinada em termos de equipamentos e doutrinas navais à Marinha dos Estados Unidos, no que se caracteriza como um período de forte dependência (Penha 2011). A materialização máxima de tal subordinação foi a criação do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca)⁸ em 1947.

Durante os anos 1960, o Estado brasileiro passou por um processo de revisão de tal aspecto, uma transição de uma mentalidade dependente para uma busca de estratégia autônoma frente ao Atlântico Sul. Entretanto, à época, ainda havia a sombra dos Estados Unidos e de suas pretensões no Oceano, concretizadas na proposta de uma OTAS – Organização do Tratado do Atlântico Sul: uma OTAN do Sul. Concomitantemente, os Estados Unidos também instituíram acordos de cooperação naval com a África do Sul do apartheid: o Simonstown Agreement, assinado em 1955. Afinal, a África do Sul à época da Guerra Fria era um bastião no hemisfério sul da luta contra o comunismo. As novas orientações e mentalidades da marinha brasileira são acompanhadas de processo semelhante em diversos países da costa ocidental africana - com o maior exemplo na Nigéria - que criavam, por sua vez, uma oposição ao regime sul-africano e às suas tendências à cooperação com a marinha estadunidense. Uma das consequências disso foi a criação, em 1986, da Zona

⁸ O TIAR é um tratado de defesa mútua assinado por diversos países, entre eles os Estados Unidos e grande parte da América do Sul.

de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas⁹), legitimada pela comunidade internacional com a resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas. A Zopacas é a institucionalização da não-militarização da região, objetivando a criação de uma zona de paz e desenvolvimento no Atlântico Sul. Cabe adicionar que a proposta do Zopacas foi criada contrariamente à proposta estadunidense para o Oceano e que este país fora o único votante contrário à resolução da Assembleia Geral da ONU. O fim da Guerra Fria, entretanto, junto da falta de consenso acerca de questões de execução das políticas, e a ausência de uma estrutura organizacional mínima que articulasse a implementação das medidas enfraqueceram essa iniciativa (Penha 2011, 193).

Hoje, porém, o Atlântico Sul vive um momento diferente: a já mencionada descoberta do Pré-Sal e as descobertas das potencialidades energéticas da região do Golfo da Guiné¹⁰ trouxeram uma nova importância estratégica para as costas dos países sul-americanos e da África Ocidental¹¹. Percebe-se a partir de então um maior interesse estadunidense na região, lugar onde historicamente a Grã-Bretanha e a França exercem suas influências por meio do neocolonialismo. Exemplo da crescente presença dos Estados Unidos no Golfo da Guiné e arredores são as tropas do Africom (United States African Com-

mand), que, até 2008, já tinham presença instalada em Gana, na Nigéria, na Libéria, no Marrocos e no Senegal (GAO 2009), além da reativação da sua IV Frota, responsável pela defesa do Atlântico Sul em 2008. Essa nova realidade demandou uma rearticulação dos países costeiros em prol de uma maior coordenação afro-americana. Portanto, o Brasil tem buscado retomar a importância da Zopacas e tem encontrado um grande aliado no processo: Angola (Kornegay 2013, Penha 2011).

Mesmo com a presença militar de potências extrarregionais no Atlântico Sul – EUA e Grã-Bretanha-, existe até hoje uma timidez por parte das marinhas dos países costeiros de tal Oceano: os Estados Unidos, apesar das reclamações dos países membros da Zopacas, ainda fazem exercícios navais na região, e têm sua IV Frota aqui localizada. Esta é composta de porta-aviões, navios à propulsão nuclear e mísseis estratégicos com ogivas nucleares, além de submarinos nucleares (Penha 2011, 221). A Grã-Bretanha, por sua vez, está presente em ilhas meso-oceânicas de importância estratégica, como Tristão da Cunha, Ascensão e Santa Helena e em ilha peri-antárticas, como Geórgia do Sul, Gonçalo Álvares (Gough) e Sandwich (Penha 2011, 221), além da posse das ilhas Malvinas. Percebe-se, portanto, maiores inatividade e ineficácia das marinhas afro-americanas que das grandes potências.

Destarte, o Atlântico Sul presencia hoje a necessidade de uma maior coordenação entre os países costeiros para assegurar sua soberania frente aos demais interesses internacionais. Afinal, em comparação com o Oceano Índico, o Oceano tem pouquíssima cooperação multilateral e não logrou construir uma arquitetura institucional que a contemporânea situação deman-

⁹ Membros: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, República do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

¹⁰ Região que tem grandes reservas petrolíferas com baixo teor de enxofre.

¹¹ Nota-se especial relevância contemporaneamente de Mali, Angola, Nigéria, Mauritânia, Costa do Marfim e Gana, em função de suas posições e de seus recursos energéticos.

da. A retomada do Zopacas, assim, é uma abordagem positiva para situação.

África do Sul como confluência do Oceano Índico e do Atlântico Sul

Finalmente, destaca-se a importância da África do Sul como ponto central para o IBAS. Diferentemente dos papéis ativos que Brasil e Índia desempenham, a África do Sul não tem mostrado um protagonismo nos Oceanos citados. Entretanto, o país não só é o encontro do Índico com o Atlântico, mas é também a entrada para a África Austral, constituindo-se no que Kornegay (2013, 104) chama de “tripla porta de entrada”. Afinal, a infraestrutura sul-africana é suficientemente densa para receber investimentos externos e canalizá-los para o benefício de toda a região, por meio de seus serviços de transportes, das suas estradas de ferro e de seu sistema portuário (Penha 2009, 207). Além disso, o Cabo da Boa Esperança tem tido sua importância global elevada, graças aos altos níveis de pirataria do Canal do Suez (Visentini 2010b, 32). Importa, também, notar que, igualmente à África do Sul, a SADC tem acesso aos dois Oceanos.

Logo, é importante que se perceba a África do Sul como ligação entre os Oceanos e as instituições comentadas. O país se mostra essencial não apenas na SADC – instituição na qual o país claramente é a grande locomotiva –, mas também no Zopacas, no IONS e no IOR-ARC.

IBAS: Possibilidades e Fragilidades

Frente ao quadro apresentado das dinâmicas do Índico e do Atlântico Sul, percebe-se que o maior potencial geoestratégico do IBAS está na sua possibilidade de projeção nos dois Oceanos e, além disso, na presença, dentro da

instituição trilateral, da própria confluência do Índico e do Atlântico Sul. A materialização de tais potenciais existentes no IBAS é o IBSAMAR. O IBSAMAR são exercícios marítimos conjuntos entre os Estados membros, que já se realizaram três vezes (2008, 2010, 2012). O primeiro IBSAMAR aconteceu no litoral sul-africano, entre a Cidade do Cabo e Simenstown, pontos-chave para a marinha sul-africana; o segundo, também na costa africana, ocorreu entre a Cidade do Cabo, Durban e Porto Elizabeth; o terceiro, de mesma maneira, ocorreu na costa do Oeste africano.

O IBSAMAR é a consolidação daquilo que Visentini (2010b, 31) chama de Geopolítica meridional do IBAS: um agrupamento capaz de forjar instrumentos que articulem as relações entre seus próprios espaços regionais. Ainda segundo Visentini (2010b, 32),

[...] não se trata apenas de tornar a África do Sul uma conexão sólida para o Brasil atingir a Ásia via Oceano Índico, pois, afinal, como a Ásia Oriental é antípoda em relação ao nosso país, não é necessário utilizar a rota do Pacífico (um “Lago Americano”) nem o saturado Canal do Panamá. Além do sul do continente africano estar se tornando uma base logística (o que é explicitamente impulsionado por Grupos de Trabalho do IBAS), o Atlântico Sul (e também o Índico) desponta como zona de imensos recursos energéticos, com as jazidas de gás e petróleo, como o pré-sal. As duas margens do Atlântico Sul têm sido palco de novas descobertas, bem como partes importantes do Oceano Índico. Assim, a reafirmação da soberania sobre as águas territoriais, a manutenção da segurança dos Oceanos para a navegação e o bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desses espaços por potências extrarregionais [torna-se objetivo de grande importância].

Por sua vez, para Penha (2011, 224)

as possibilidades de inserção no Atlântico Sul [para os sul-africanos] têm de ser contrabalançadas pela perspectiva do país em se integrar à IOR-ARC estabelecida em 1955, na qual a África do Sul é um dos principais vértices, ao lado da Índia e da Austrália. De um conteúdo bem mais definido que o Zopacas, esta organização tende a absorver parte dos esforços sul-africanos em relação ao Atlântico Sul, que tende a ser considerado como escoadouro da produção do país e dos demais integrantes da Bacia do Índico. A iniciativa de constituição do IBAS, entretanto, abre um auspicioso leque de interações regionais e inter-regionais que pode ser mais bem aproveitado para intercâmbio de experiências e práticas efetivas de cooperação econômica e política.

Kornegay, em seu trabalho, aprofunda a ideia,

[...] é extremamente importante que ao IBAS/IBSAMAR seja concedido um papel integralmente central em qualquer caminho que o multilateralismo do Atlântico Sul seguir. Mas essa opção [centralismo do IBAS/IBSAMAR] concederia à África do Sul e à Índia, em seus respectivos Simpósio Naval do Oceano Índico (IONS) e Associação para a Cooperação Regional dos Países da Orla do Oceano Índico (IOR-ARC), o papel de coordenar com o Brasil a criação de uma estrutura multilateral marítima de segurança e cooperação que seja capaz de abranger as rotas marítimas do sul sob a bandeira da IBSAMAR. Isso pode implicar em reunir ZOPACAS, IONS e IOR-ARC sob a forma de diálogo e consulta de alto nível continuados, talvez em uma cúpula do IBAS/IBSAMAR sediada na África do Sul. Seu objetivo seria iniciar a estruturação de um mecanismo multilateral que aumentasse a fomentação da reforma do Conselho de Segurança da ONU por parte do IBAS. (Kornegay 2013, 102).

O que os dois autores propõem, e que Kornegay aprofunda, é uma maior institucionalização para a coordenação dos dois Oceanos sob uma perspectiva meridional. Percebe-se que o

IBAS possui tal potencial, afinal os três países são fundamentais para as instituições marítimas das quais fazem parte. Consolidado e exercido tal peso oceânico do G-3, as demandas geopolíticas certamente ficam mais tangíveis, pois o IBAS alcançaria um papel mais relevante e conseguiria se impor nas relações internacionais de maneira mais significativa. Como mencionado anteriormente, o Atlântico Sul hoje não possui uma coordenação internacional à maneira do Índico. Entretanto, as propostas de Visentini, Penha e Kornegay certamente seriam uma alavanca para uma possível revitalização do Zopacas e para uma maior participação de atores africanos, como Angola e os Estados do Golfo da Guiné.

Concretizando esse potencial latente, o IBAS poderia finalmente exercer o peso que corresponde a sua importância. Afinal, tal configuração asseguraria aos países uma governança coordenada dos Oceanos, pois, no caso do Índico – oceano nuclearizado com projeções de grandes potências que se ali pretendem hegemônicas -, haveria o diálogo internacional em prol da coordenação como existe hoje, complementado pela articulação com os países do Atlântico Sul, que hoje prezam pela não-militarização do oceano. Essa complementação não seria vantajosa apenas para a África do Sul e para a SADC, que têm saída para os dois oceanos, mas para o grande grupo de países envolvidos nas instituições, pois os debates inter-oceânicos seriam conduzidos a partir dos valores e do conteúdo ético do Fórum IBAS.

Por outro lado, a perspectiva da institucionalização de um fórum de tamanha grandiosidade – ou da própria consolidação e elevação internacional do G-3- esbarram não apenas em dificuldades internacionais, mas em fragilidades dentro do próprio IBAS. Primeiramente, a insti-

tucionalização do Atlântico Sul hoje ainda não é forte, como já demonstrado. O Brasil e a África do Sul precisariam articular-se de maneira mais profunda com os demais países costeiros. Nesse sentido, destacam-se a importância dos Estados da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), e da ECOWAS (sigla em inglês de Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano), instituições cuja importância é crescente.

Também, cabe adicionar a fragilidade da marinha dos três países. O desenvolvimento das Forças Armadas é essencial aos Estados do IBAS para uma inserção internacional mais assertiva, especialmente das suas capacidades náuticas. Apesar das melhores condições indianas, que tem suas forças armadas bem mais desenvolvidas que os outros dois Estados, a sua marinha é o setor menos capacitado. O desenvolvimento das capacidades militares no Atlântico Sul é especialmente necessário para que os Estados da costa tenham voz e não submetam suas soberanias às grandes potências mundiais. Finalmente, cabe ressaltar a necessidade de comprometimento por parte dos países do G-3 em um projeto autônomo para seus respectivos Oceanos como essencial para a consolidação do projeto. No caso do Brasil, mais especificamente, indicadores como as legislações de defesa brasileiras – especialmente a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional – mostram atualmente uma busca pelo reaparelhamento nas suas Forças Armadas baseado concomitantemente no desenvolvimento tecnológico, na inclusão social e na autonomia tecnológica em relação às grandes potências. Em grande parte, do comprometimento do Brasil, maior país costeiro do Atlântico Sul e um dos principais estimuladores da Zopacas, dependerá o futuro do Fórum IBAS.

Considerações Finais

O Fórum IBAS foi criado com o intuito de coordenar políticas entre os três grandes países emergentes. Os países têm demandas em comum para o sistema internacional tanto no âmbito político quanto no âmbito econômico e securitário. Para tanto, a coordenação trilateral tem potencial para uma reformulação mais ampla do Hemisfério Sul nos moldes da Cooperação Sul-Sul.

Essa possibilidade de reformulação é incentivada pela confluência dos Oceanos Índico e Atlântico Sul que se cristaliza dentro do IBAS, sendo a representação máxima deste potencial o IBSAMAR. Por outro lado, para a concretização de tal ideia, é necessária a capacidade dos Estados de coordenarem-se e passarem a formular políticas conjuntas e coerentes para seus Oceanos, além de, concomitantemente, coordená-las com as demais instituições das quais fazem parte neste mesmo âmbito.

Conclui-se, portanto, que o IBAS tem hoje maior importância geopolítica e estratégica latente do que realmente efetiva. Logo, o fortalecimento do G-3 é importante para o Estado brasileiro assegurar sua soberania no Atlântico Sul de maneira pacífica e cooperando internacionalmente. Desta maneira, o IBAS é uma instituição que tem potencial para fortalecer não apenas Índia, Brasil e África do Sul, mas o Hemisfério Meridional como um todo e, portanto, é importante na contribuição para a construção de um mundo multipolar

Referências

Bell, C. The rise of the un-West. Asia Times Online: 2006
Cia (Central Intelligence Agency). The World Factbook: Indian Ocean. Disponível em:

<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/so.html>>. Acesso em: Abril de 2013.

Cepik, Marco. “Segurança Regional, Instituições de Defesa e Capacidades Militares nos Países do Fórum IBAS: Índia, África do Sul e Brasil em Perspectivas Comparadas”. In: G3 – Fórum de Diálogos IBAS: Uma Experiência de Cooperação Sul-Sul, por Paulo Fagundes Visentini, Marco Aurélio Cepik, Analúcia Danilevicz Pereira. Curitiba: Juruá, 2010. Filho, João Genésio de Almeida. O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): Análise e Perspectivas. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

GAO (United States Government Accountability Office. Report to the Subcommittee on

National Security and Foreign Affairs, Committee on Oversight and Government Reform, House of Representatives: Washington, 2009. Disponível em:

<<http://www.gao.gov/new.items/d09181.pdf>>. Acesso em: Abril de 2013.

IONS (Indian Ocean Naval Symposium): 2013. Disponível em < http://ions.gov.in/?q=about_ions>. Acesso em: Abril de 2013.

IOR-ARC (Indian Ocean Rim Association for Regional Co-operation): 2013. Disponível em < <http://www.iorarc.org/default.aspx>>. Acesso em: Abril de 2013.

Kornegay, Francis. IBSA: Toward a “Gondwanan” Strategic Vision. Synopsis, vol. 8 no.2. 2006. Disponível em <http://cps.org.za/cps%20pdf/Syn8_2_Jun2006.pdf>.

Acesso em: Abril de 2013.

Kornegay, Francis. The Geopolitics of IBSA: The South African Dimension. International Policy Centre for Inclusive Growth. [2008?] Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/ipc/doc/ibsa/papers/ibsa14.pdf>>. Acesso em: Abril de 2013.

Kornegay, Francis. South Africa, the Indian Ocean and the IBSA-BRICS Equation: Reflections on Geopolitical and Strategic Dimensions. Observer Research Foundation. Nova Dehli, 2011. Disponível em <http://www.observerindia.com/cms/sites/orfonline/modules/occasionalpaper/attachments/op_30_1326083085778.pdf>. Acesso em: Abril de 2013.

Kornegay, Francis. A África do Sul, o Atlântico Sul e a Equação IBSA-BRICS: o Espaço Transatlântico em Transição. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre: PPGEEI/FCE/NERINT/UFRGS, 2013. Disponível em

<<http://seer.ufrgs.br/austral/article/view/37107/23982>>.

Acesso em: Abril de 2013.

Kumar, Deepak. A Competição no Oceano Índico à Luz do Emergente Triângulo Estratégico. Revista da Escola de Guerra Naval, no14 Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2009/A%20competicao%20no%20oceano%20C3%ADndico%20C3%A0%20luz%20do%20emergente%20tri%C3%A2ngulo%20estrat%C3%A9gico%20-%20Deepak%20Kumar.pdf>>. Acesso em: Abril de 2013.

Penha, Eli Alves. Relações Brasil-África e a Geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: EDUFBA, 2011.

Pereira, Analúcia Danilevicz; Visentini, Paulo Fagundes. “A Nova África do Sul: Política, Diplomacia e Sociedade (1994-2010)”. In: África do Sul: História, Estado e Sociedade, por Paulo G. Fagundes Visentini [et al.] Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

Visentini, Paulo Fagundes. “A Dimensão Geoestratégica do IBAS”. In: Brasil – Índia – África do Sul: Emergência do Sul Global, por Alexander Zhebit [et al.] Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

Visentini, Paulo Fagundes. “A Dimensão Política: O IBAS multilateral, trilateral e geopolítico”. In: G3 – Fórum de Diálogos IBAS: Uma Experiência de Cooperação Sul-Sul, por Paulo Fagundes Visentini, Marco Aurélio Cepik, Analúcia Danilevicz Pereira. Curitiba: Juruá, 2010.